Revista do Conservatório de Música da UFPel.
Pelotas, nº1, 2008. p. 58-82.

# *Eventos Brasileiros No Campo Da Musicologia: Histórico, Presente E Futuro*[1]

Paulo Castagna[2]

**Resumo:** Um dos fatores responsáveis pelo desenvolvimento da musicologia enquanto método científico e pela expansão de seus horizontes, no Brasil, foram os eventos regulares surgidos em 1981, com destaque para os Encontros anuais (hoje Congressos bienais) da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM), os Encontros de Musicologia Histórica do Centro Cultural Pró-Música de Juiz de Fora, os Simpósios Latino-Americanos de Musicologia da Fundação Cultural de Curitiba e os Congressos da Sociedade Brasileira de Musicologia. Este texto visa analisar a contribuição desses eventos no surgimento de uma nova musicologia brasileira na década de 1990, bem como discutir as necessidades de sua multiplicação e expansão geográfica, para atender à crescente demanda de pesquisa musicológica no país.

## Introdução

Eventos científicos e periódicos na área de música começaram a ser realizados no Brasil somente a partir da década de 1960, mas sua quantidade chega hoje a quase duas centenas, sem que deles se tenha escrito uma história. Chegamos a um momento no qual não basta apenas criar novos eventos e manter os já existentes, sendo agora fundamental registrar sua história, para que possamos aprender com o passado, utilizando as soluções eficazes e evitando as que fracassaram. Nesse sentido, estamos no âmbito do que já pode ser denominado de história da musicologia brasileira (CASTAGNA, 2004), linha de pesquisa que já tem uma certa produção no que se refere à história dos musicólogos, mas que somente agora começa a se preocupar em compreender a evolução dessa ciência no Brasil em termos mais amplos e, sobretudo, enquanto uma prática coletiva.

Anteriores à década de 1960, são conhecidos apenas três eventos brasileiros relacionados à música: 1) o Congresso Musical organizado em São

[1]Este texto foi originalmente apresentado no Ciclo de Palestras "Musicologia e Patrimônio Musical", realizado na Biblioteca Central Reitor Macedo Costa da Universidade Federal da Bahia entre os dias 22 e 24 de outubro de 2004, evento organizado pelo Prof. Dr. Pablo Sotuyo Blanco (PPGMUS-UFBA), que autorizou sua publicação nesta Revista. Em função de estar sendo impresso quatro anos após sua apresentação em Salvador, o texto não cita eventos, publicações e discussões posteriores a essa data.
[2]Instituto de Artes da UNESP - Universidade Estadual Paulista, São Paulo (SP).

Paulo por Tristão Mariano da Costa e Elias Álvares Lobo em 1875, que não foi propriamente um evento científico, mas um encontro destinado a analisar os estatutos de uma futura Associação dos Músicos da Província de São Paulo e apresentar um parecer sobre os métodos de ensino musical então em uso; 2) o I Congresso da Língua Nacional Cantada, idealizado e coordenado por Mário de Andrade em São Paulo em 1937 e principalmente destinado a estabelecer normas para se cantar na língua portuguesa utilizada no Brasil; 3) o VII International Folk Music Council, realizado em 1954 na Discoteca Municipal de São Paulo pela mesma instituição que atualmente se denomina International Council for Traditional Music (ICTM), envolvendo também a Comissão Brasileira do Folclore Nacional e a Comissão do IV Centenário de São Paulo.

A partir de 1962, surgiram no Brasil os primeiros eventos científicos periódicos na área de música, inicialmente relacionados à música popular, à música sacra (pós-Vaticano II), à musicoterapia e à composição erudita. Tais eventos foram realizados por instituições governamentais e privadas, com destaque para o I Simpósio Internacional de Compositores, realizado em São Bernardo do Campo (SP) em 1977, evento que se tornou o primeiro na área de música a ser promovido no país por uma universidade, no caso a Universidade Estadual Paulista (UNESP). A musicologia, entretanto, foi contemplada pela primeira vez somente em 1981, no I Simpósio Internacional "Música Sacra e Cultura Brasileira", realizado em São Paulo pelo Instituto de Estudos da Cultura Musical do Mundo de Língua Portuguesa (ISMPS).

Não se pode deixar de reconhecer o quanto foi demorado o surgimento de eventos ligados à musicologia, no Brasil, considerando-se que os primeiros do gênero, na Europa, foram realizados em Paris (1900), Roma (1903), Basiléia (1906), Viena (1909), Londres (1911), Paris (1914 e 1921), Basiléia (1924) e Viena (1927) (SINZIG, 1976:388). O estabelecimento desse tipo de empreendimento no Brasil, em uma época tão tardia em relação ao surgimento dos eventos e da própria pesquisa em música na Europa é um dos fatores que demonstra o lento desenvolvimento que apresentou essa atividade no país, acelerado apenas na década de 1980, com a disseminação da música nas universidades brasileiras, em especial dos cursos de pós-graduação.

Destinados à apresentação e ao debate de trabalhos recentes, assim como à própria reunião dos pesquisadores, os eventos científicos têm um papel

insubstituível na pesquisa científica, sobretudo quando as possibilidades de publicação de textos em revistas, livros ou outros meios não é suficiente para atender à produção musicológica. Nesse sentido, é possível afirmar que o número de eventos ou de trabalhos apresentados nos mesmos é um importante índice de avaliação quantitativa do desenvolvimento da área ou sub-área.

De acordo com uma pesquisa realizada no Instituto de Artes da UNESP por minha orientanda Márcia de Oliveira GOULART (2002), com bolsa de Iniciação Científica da FAPESP, foram realizados no Brasil, entre 1937 e 2000, cento e sessenta e nove eventos científicos na área de música (Apêndice I), cuja contribuição vinha se perdendo no tempo, apesar de uma parte dos trabalhos publicados em seus anais terem sido registrados nas bibliografias brasileiras. É importante, agora, considerar esses eventos como parte fundamental da história da musicologia no Brasil e estudá-los cuidadosamente, para se ter uma idéia mais clara do desenvolvimento dessa atividade no país.

Em relação a tais eventos, cabe, em primeiro lugar, uma observação referente à sua tipologia. A grande maioria deles, no século XX, foi estruturada em torno de três designações: "Simpósio", "Encontro" e "Congresso". Com menor freqüência, a partir de 1993 realizaram-se vários "Fóruns" e, de 1994 a 1999, algumas "Semanas". De ocorrência mais pontual, em 1982 foi realizada uma "Maratona", em 1995 e 2004 dois "Ciclos", em 1996 e 2000 dois "Seminários", e em 1998, 2000 e 2003 três "Colóquios".

Essas expressões nem sempre foram corretamente utilizadas para os eventos científicos brasileiros na área de música, uma vez que cada uma delas designa um tipo com características particulares, alguns deles possuindo anais e outros não, alguns abertos a comunicações e outros não, alguns destinados a congregar seus associados e outros abertos a todo tipo de especialistas na área principal do evento (UNESP, 1996). Assim, é importante que as futuras ações ligadas à organização de eventos científicos atentem para o significado dessa tipologia, com a finalidade de definir com maior precisão seus objetivos. O mesmo vale para os documentos produzidos por esses eventos, que podem ser anais, atas, relatórios, etc., todos eles com significados também distintos.

## A musicologia nos eventos brasileiros

Entre os eventos brasileiros especificamente ligados à musicologia (Apêndice II), o mais antigo do gênero foi o I Simpósio Internacional “Música Sacra e Cultura Brasileira”, realizado em São Paulo pelo Instituto de Estudos da Cultura Musical do Mundo de Língua Portuguesa (ISMPS) em 1981. Tal Simpósio, que não resultou na publicação de atas ou anais, teve alguns propósitos bastante arrojados, como tentar levar aos participantes elementos da prática e da produção musical religiosa no Brasil ao longo de sua história e fundar uma instituição destinada a organizar a musicologia no país, com o nome de Sociedade Brasileira de Musicologia (SBM). Embora tal instituição não tenha conseguido sustentar essa proposta, sobretudo em função do ingresso da musicologia na universidade e da fundação da ANPPOM, sua presença no meio musicológico acabou resultando em outras contribuições na forma de eventos e publicações.

Em 1984, 1985 e 1987 ocorreram, respectivamente em Mariana, Juiz de Fora e Ouro Preto, as três edições do Encontro Nacional de Pesquisa em Música, os primeiros eventos brasileiros musicológicos de caráter universitário que publicaram anais e também os primeiros que pretenderam ser uma oportunidade periódica para congregar os musicólogos brasileiros. Esse Encontro, bastante focado na prática e produção musical brasileira (especialmente mineira) no período colonial, foi organizado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e outras instituições, mas deixou de ser realizado com o surgimento do I Congresso Brasileiro de Musicologia e do Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM), acreditando-se que o intercâmbio de informações entre os pesquisadores brasileiros seria centralizado por uma dessas instituições, especialmente a segunda.

No mesmo ano em que ocorreu o III Encontro Nacional de Pesquisa em Música (1987), foi realizado, no Instituto de Artes da UNESP, em São Paulo, o I Congresso Brasileiro de Musicologia, promovido pela Sociedade Brasileira de Musicologia. A intenção da SBM era torná-lo o principal evento brasileiro do gênero, em consonância com os próprios objetivos da instituição, ainda que os Encontros mineiros tivessem sido orientados na mesma direção. As dimensões

do Congresso, seu impacto e o número de trabalhos apresentados foram realmente inovadores no Brasil, mas a distribuição dos anais, impressos na Alemanha, foi limitada aos seus participantes, que ainda assim teriam de desembolsar o valor correspondente a US$ 50,00 para a obtenção de um exemplar, procedimento que sinalizou a inviabilidade do papel centralizador que se pretendeu para esse evento. O II Congresso Brasileiro de Musicologia, realizado no Rio de Janeiro em 1991, quatro anos após o primeiro, já não teve as mesmas proporções, e os trabalhos apresentados não foram impressos em anais, encerrando-se em pouco tempo - dez anos após a fundação da Sociedade Brasileira de Musicologia - as pretensões de liderar a divulgação da produção musicológica brasileira.

Ainda em 1987, mesmo ano do I Congresso Brasileiro de Musicologia, idealizou-se a ANPPOM e seus Encontros anuais, a partir das discussões realizadas no Simpósio Nacional Sobre a Problemática da Pesquisa e do Ensino Musical no Brasil (SINAPEM) em João Pessoa (PB). Em tal evento foi proposta a criação de uma entidade que pudesse congregar as instituições brasileiras de pesquisa em música, especialmente os cursos de pós-graduação, além de manter eventos anuais em nível nacional.

De fato, em 1988 surgiu o Encontro Nacional da ANPPOM, que teve periodicidade anual durante doze anos, até ser convertido em um congresso bienal. Aliás, os eventos promovidos pela ANPPOM nunca foram mesmo encontros e sim congressos, cuja característica é ser convocado por uma entidade constituída por sócios, que se reúnem juntamente com outros convidados e inscritos, para discutirem questões ligadas às suas atividades e apresentarem trabalhos que, posteriormente, são reunidos em anais.

Os então denominados Encontros Nacionais da ANPPOM, desde o início, sempre reservaram espaço para os trabalhos ligados à musicologia e inicialmente tiveram um papel realmente centralizador nessa sub-área, fazendo com que, de 1988 a 1991, não ocorressem outros eventos específicos no campo da musicologia no Brasil, embora seja importante destacar a realização, em Bonn (Alemanha) em 1989, do II Simpósio Internacional "Música Sacra e Cultura Brasileira", o primeiro evento científico sobre a música brasileira organizado no exterior. Nessa fase já ficava claro que os objetivos iniciais da Sociedade Brasileira de Musicologia não teriam mais ressonância na

comunidade musicológica brasileira, o que pode até explicar a realização do Simpósio de 1989 na Alemanha. Além disso, a centralização proposta pela ANPPOM era bem mais democrática, uma vez que seu Encontro foi projetado como itinerante, ou seja, seria realizado, a cada ano, em um programa de pós-graduação diferente e, portanto, também em uma cidade diferente.

Se a ANPPOM acabou exercendo a ação centralizadora para a divulgação da pesquisa musical brasileira, tal como previsto no SINAPEM, é preciso considerar que tal centralização foi se modificando com o passar do tempo: de 1988 até meados da década de 1990, a quase totalidade dos trabalhos musicológicos foi apresentada nos Encontros Nacionais da ANPPOM, mas a partir desse período, os musicólogos passaram a se encontrar tanto nos eventos da ANPPOM quanto nos eventos de outras instituições que desejavam abrir um espaço maior para esse tipo de pesquisa, como também ocorreu em outras sub-áreas.

Foi, de fato, na década de 1990 que surgiram outras iniciativas relacionadas à musicologia, em coexistência com os Encontros Nacionais da ANPPOM. Em 1992 foi realizado o II Congresso Brasileiro de Musicologia, conjuntamente com o III Simpósio Internacional "Música Sacra e Cultura Brasileira", últimos eventos do gênero organizados pela Sociedade Brasileira de Musicologia no século XX. A partir de 1994 estabeleceu-se também o Encontro de Musicologia Histórica, realizado bienalmente pelo Centro Cultural Pró-Música de Juiz de Fora, e que chegou à sua sexta edição em 2004.

Os Encontros de Musicologia Histórica surgiram de uma necessidade que teve o Centro Cultural Pró-Música de dar um suporte científico à presença da música brasileira em seu Festival Internacional de Música Colonial Brasileira e Música Antiga, que em 1994 já estava em seu quinto ano de realização, mas desde sua primeira edição, o evento assumiu um caráter independente. As três primeiras edições dos Encontros de Musicologia Histórica dedicaram-se quase somente à música no Período Colonial e tiveram uma quantidade limitada de participantes, porém a partir de 2000 o evento expandiu-se em número de trabalhos e de assuntos abordados, recebendo uma quantidade crescente de comunicações e tornando-se hoje o principal evento destinado à divulgação da pesquisa musicológica brasileira. Embora promovidos por uma instituição privada e não-universitária, os três últimos Encontros de Musicologia Histórica

adquiriram um caráter acadêmico, pela adoção de critérios semelhantes aos utilizados em eventos universitários na área de música.

A partir de então, a musicologia brasileira entrou em uma fase de profunda transformação, na qual seus métodos e propósitos começaram a ser repensados, enquanto a relação entre os pesquisadores e seus objetos de pesquisa, além da própria relação entre os musicólogos, começaram a ser analisadas a partir de critérios mais amplos, éticos e universalistas, iniciando-se, dessa maneira, um distanciamento da musicologia positivista e exclusivista que caracterizou as décadas anteriores.

Em meio a essa atmosfera de transformação surgiu, em 1997, o Simpósio Latino-Americano de Musicologia (SLAM), que teve cinco edições anuais até 2001, sempre realizadas pela Fundação Cultural de Curitiba. Esse evento foi bastante influenciado pelos encontros bienais de musicologia realizados em Santa Cruz de la Sierra (Bolívia), como parte do Festival Internacional de Música Renacentista y Barroca Americana "Misiones de Chiquitos", e que em 2004 chegou à sua quinta edição. Assim como o evento boliviano, o Simpósio Latino-Americano de Musicologia convidava pesquisadores hispano-americanos ao lado de brasileiros, também abrindo espaço para comunicações inscritas, o que o tornou na época a maior oportunidade no Brasil para pôr em contato musicólogos de toda a América Latina.

Participaram dos Simpósios Latino-Americanos de Musicologia, a maioria pela primeira vez em um evento científico brasileiro (e vários em sua primeira visita ao país), pesquisadores como Aurelio Tello (México), Bernardo Illari (na época em Hong Kong, China), Francisco Curt Lange (Montevidéu, Uruguai), Gerard Béhague (Austin, EUA), Guillermo Marchant (Santiago, Chile), Jenny Cárdenas Villanueva (La Paz, Bolívia), Juan Pablo Gonzalez (Santiago, Chile), Leonardo Waisman (na época em Madrid, Espanha), Míriam Escudero (Havana, Cuba), Olavo Alén Rodríguez (Havana, Cuba), Piotr Nawrot (La Paz, Bolívia), Víctor Rondón (Santiago, Chile), Waldemar Axel Roldán (Buenos Aires, Argentina), Walter Guido (Caracas, Venezuela) e William John Summers (Dartmouth, EUA), entre outros. Destaque-se, ainda, a participação de Francisco Curt Lange no I Simpósio Latino-Americano de Musicologia em janeiro de 1997, sua última viagem de trabalho e sua última aparição em um

evento público, uma vez que faleceu menos de quatro meses após seu regresso a Montevidéu.

O Simpósio Latino-Americano de Musicologia deixou de ser realizado por falta de interesse da prefeitura de Curitiba, à qual pertence a Fundação Cultural de Curitiba, porém suas cinco edições anuais proporcionaram uma substancial contribuição ao desenvolvimento da musicologia brasileira e latino-americana, não apenas com as apresentações e discussões realizadas em suas cinco edições, mas também com a edição dos seus anais.[3]

Em 2000, mesmo tendo sido esse o primeiro ano no qual deixou de ocorrer o Encontro Nacional da ANPPOM (que a partir de 2001 converteu-se em eventos bienais e a partir de 2003 passaram a ser denominados Congressos), multiplicaram-se as iniciativas ligadas à musicologia brasileira, com a realização do Encontro de Músicos e Musicólogos pelo Instituto Itaú Cultural (São Paulo) e do Colóquio Internacional "A música no Brasil" Colonial, pela Fundação Calouste Gulbenkian (Lisboa), enquanto nesse mesmo ano também foram realizados o IV Simpósio Latino-Americano de Musicologia e o IV Encontro de Musicologia Histórica. O surgimento dos eventos de Lisboa e São Paulo foi obviamente estimulado pelas comemorações do Quinto Centenário do Descobrimento, porém isso somente foi possível a partir do desenvolvimento das iniciativas anteriores.

Em 2001 foi realizado o V Simpósio Latino-Americano de Musicologia, encerrado pela Fundação Cultural de Curitiba por falta de recursos, enquanto em 2002 o Encontro de Musicologia Histórica de Juiz de Fora também chegou à sua quinta edição, firmando-se como o principal evento brasileiro ligado à musicologia. Em 2003, pouco antes do XIV Congresso da ANPPOM (Porto Alegre), realizou-se em Mariana o I Colóquio Brasileiro de Arquivologia e Edição Musical (CBAEM), pela Fundarq e UNI-BH, evento que deverá ser reeditado de forma bienal e que representa o primeiro de tais especialidades na América Latina. Em 2003 e 2004 foram realizados quatro eventos em cada ano, incluindo nova iniciativa da Sociedade Brasileira de Musicologia, com duas edições do Encontro Interdisciplinar de Musicologia. O VI Encontro de Musicologia Histórica, no entanto, confirmou-se como o maior evento brasileiro

[3]Somente o V Simpósio Latino-Americano de Musicologia (2001) não teve seus anais impressos, até o momento, mas os textos enviados pelos autores estão arquivados em Curitiba (PR), aguardando-se oportunidade para sua edição.

especificamente voltado à musicologia, em longevidade, em número de edições e em quantidade de trabalhos impressos.

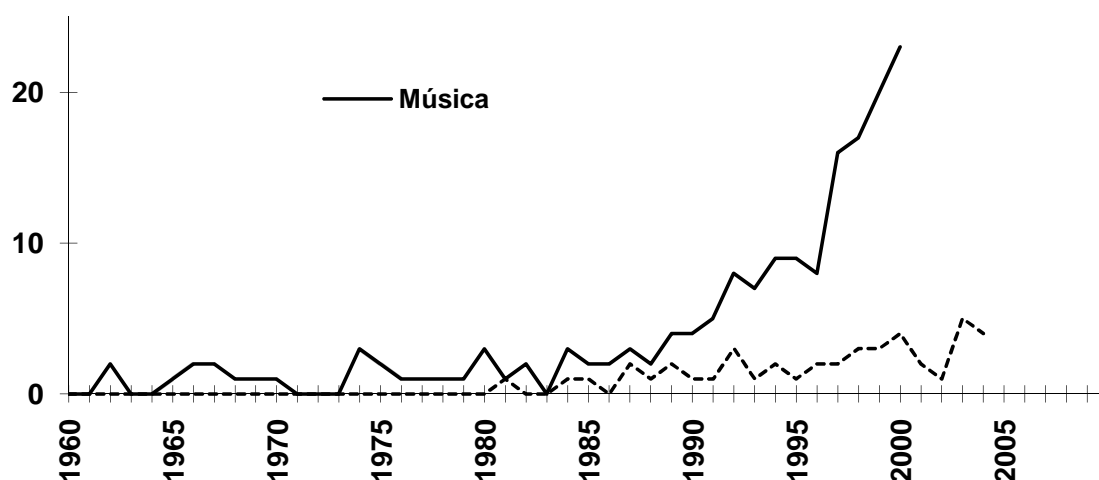
Dentre os eventos específicos na sub-área musicologia, é interessante destacar dois, que tiveram por tônica uma ampla discussão sobre o patrimônio arquivístico-musical e a ação dos musicólogos: o III Simpósio Latino-Americano de Musicologia (Curitiba, 1999) e o I Colóquio Brasileiro de Arquivologia e Edição Musical (Mariana, 2003). O primeiro produziu as Conclusões do III SLAM (CONCLUSÕES, 2000), documento em quatorze itens (Apêndice 3), ratificado em eventos posteriores e cujo conteúdo tem motivado novas orientações do trabalho musicológico em vários países latino-americanos, enquanto o segundo elaborou as Conclusões e Recomendações do I CBAEM (CONCLUSÕES, 2004), em trinta e três itens (Apêndice 4), destinadas a sugerir novas ações nessas duas especialidades.

Únicos no meio musicológico brasileiro e mais do que meras cartas de intenção de seus autores, tais documentos visam contribuir para o desenvolvimento dos estudos na sub-área, mas também das relações entre os pesquisadores e os acervos musicais, sendo pontos de partida para um futuro código de ética da musicologia brasileira. Tais ações, como todas as demais ligadas à organização da sub-área, podem contribuir para a melhor definição do papel do pesquisador e da própria musicologia para o país ou a comunidade na qual estes estarão atuando. Em virtude de seu interesse e da necessidade de uma divulgação o mais ampla possível, tais documentos estão aqui apresentados na íntegra, sob a forma de Apêndices.

## Tendências e perspectivas

De 1937 a 2000 foram realizados, no Brasil, vinte e oito eventos na sub-área musicologia (incluindo os encontros da ANPPOM), entre os cento e sessenta e nove eventos científicos na área de música, incluindo-se os três eventos sobre música brasileira no exterior. Do ponto de vista quantitativo, esses dados demonstram que a sub-área musicologia está longe de ter, no Brasil, a hegemonia ou predomínio sobre as outras sub-áreas da pesquisa em música que chegou a ser suposta por vários pesquisadores. O mesmo pode ser observado em relação às dissertações e teses defendidas no país, nas quais o

número de trabalhos no campo da musicologia é proporcionalmente ainda menor do que os trabalhos nas demais sub-áreas. O próprio crescimento do número de eventos em musicologia, verificável a partir da década de 1990, é bem inferior ao crescimento observado na área de música como um todo, que chegou a ter vinte e três eventos diferentes no ano 2000 (Gráfico 1).

**Gráfico 1.** Número de eventos na área de música entre 1962 e 2000, comparado ao número de eventos na sub-área musicologia entre 1981 e 2004.

Do ponto de vista qualitativo, entretanto, a diversificação dos eventos brasileiros na sub-área musicologia a partir da década de 1990 e, mais especificamente, a partir de 2000, aponta para uma tendência que já está melhor resolvida em outras sub-áreas: é preciso existir eventos nacionais de grande porte, como os Congressos da ANPPOM, destinados à reunião de pesquisadores musicais de todas as sub-áreas, ao lado de eventos menores, de caráter mais específico ou regional, para o debate mais profundo e demorado de questões internas à sub-área, como já está implícito no segundo item das Conclusões do III CBAEM (CONCLUSÕES, 2004:303):

> **2.** É fundamental a criação de novos eventos científicos na área de música, além da manutenção e fortalecimento daqueles que já existem. Tais eventos podem ser nacionais, regionais e caracterizarem-se como congressos, simpósios, colóquios, encontros, seminários, ciclos, etc., atentando-se para o significado dessa tipologia. Mas é importante que esses eventos sejam integrados entre si, visando a existência de eventos nacionais amplos, mas também de eventos regionais e/ou ligados a aspectos particulares da musicologia, como é o caso do Colóquio Brasileiro de Arquivologia e Edição Musical.

Essa dicotomia funcionaria, então, como funcionaram o templo e as sinagogas na antiga Jerusalém, ou a catedral e as paróquias no mundo católico, representando, respectivamente, oportunidades para os debates mais gerais e mais específicos. Assim, é importante que a ANPPOM possa apoiar os eventos específicos, em todas as sub-áreas, assim como os eventos específicos devem apoiar a ANPPOM, e não se oporem a ela.

Por outro lado, percebe-se que essa situação foi se configurando na medida em que os eventos foram garantindo sua amplitude e periodicidade, sendo, atualmente, o Encontro de Musicologia Histórica de Juiz de Fora o principal evento específico que tem reunido musicólogos brasileiros para o debate e a apresentação de seus trabalhos. Diferentemente de outras sub-áreas, como a educação musical e a etnomusicologia, por exemplo, a musicologia não possui uma instituição representativa que seja capaz de realizar seus eventos específicos, uma vez que o principal evento da sub-área, o Encontro de Musicologia Histórica, é realizado bienalmente pelo Centro Cultural Pró-Música de Juiz de Fora, uma instituição privada com interesses muito diversificados.

Pode-se dizer, portanto, que os musicólogos brasileiros estão atualmente tutelados pelo Centro Cultural Pró-Música, no que se refere à realização de seus eventos periódicos, como já ocorreu, de certa maneira, com os Simpósios Latino-Americanos de Musicologia da Fundação Cultural de Curitiba, não sendo possível saber até quando essa relação poderá ser mantida. Apesar da boa intenção da instituição mineira e de sua inestimável contribuição até o momento (que lhe valeu o Prêmio Rodrigo de Mello Franco de Andrade em 2001), não se pode garantir que seu interesse pela musicologia seja permanente e, menos ainda, que o evento possa comportar a crescente demanda na sub-área. Se, desde 1994, os Encontros de Musicologia Histórica representaram uma solução, futuramente poderão ser um problema, se em Juiz de Fora não houver mais interesse ou possibilidade de sua manutenção, como já ocorreu em Curitiba há poucos anos. A interrupção desse evento sem sua substituição por um outro de iguais proporções poderá significar um retrocesso ou, no mínimo, a estagnação das conquistas até agora levadas a cabo na musicologia brasileira.

Portanto, creio que, paralelamente à manutenção dos eventos gerais e específicos da atualidade, é preciso iniciar o debate em torno dos futuros eventos específicos no campo da musicologia, mesmo que isso demore alguns

anos para ocorrer. Assim como a Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM) e a Associação Brasileira de Etnomusicologia (ABET) têm realizado os principais eventos brasileiros específicos dessas sub-áreas, a musicologia precisaria contar com uma instituição nacional que a representasse e que se responsabilizasse pela realização dos eventos periódicos, mesmo que adotando o modelo da ANPPOM, ou seja, atribuindo essa tarefa a um programa de pós-graduação diferente em cada uma de suas edições.

Teoricamente, haveria duas possibilidades para a representação dos musicólogos brasileiros e a conseqüente realização de eventos periódicos sobre musicologia: a criação de uma nova instituição ou o fortalecimento de uma instituição já existente. Na segunda hipótese, o único caso parece ser o da Sociedade Brasileira de Musicologia. É difícil saber se tal instituição terá condições de congregar os musicólogos brasileiros, ou mesmo se os musicólogos terão pleno interesse nessa representação, mas não se trata mais de defender a SBM enquanto uma entidade destinada a organizar de forma centralizada a musicologia no Brasil, porém apenas de representá-la, de acordo com o interesse dos próprios musicólogos e não apenas de sua cúpula.

Nesse sentido, seria impossível fazer o caminho inverso, ou seja, aguardar que a SBM realizasse os primeiros eventos para depois apóia-la, pois a organização de novos congressos pela SBM somente poderá ocorrer a partir do momento em que os musicólogos apoiarem-na como a instituição que tem por objetivo representá-los. Uma possível reestruturação da SBM, com sua divisão em uma sede e núcleos regionais, conforme inicialmente proposto por Maurício MONTEIRO (1998), poderia descentralizar e facilitar esse processo, mas é interessante considerar que nem todas as sociedades e associações que promovem eventos periódicos sobre música no Brasil possuem esse tipo de estrutura, o que não as impede de realizá-los. Paralelamente, qualquer instituição do gênero que se proponha a realizar eventos científicos, necessita possuir um quadro mínimo de associados, o que a SBM não mais possui. Curiosamente, a maior parte dos musicólogos brasileiros não está associada à SBM, inviabilizando, ao menos neste momento, a realização de eventos por parte dessa instituição.

Seja como for, o debate em torno do futuro dos eventos brasileiros em musicologia passa a ser necessário, na medida em que é preciso garantir sua

realização enquanto importante fator referente ao desenvolvimento da sub-área. Os eventos periódicos e a conseqüente publicação de seus anais não são meros detalhes na divulgação da pesquisa musicológica, mas representam uma das mais importantes formas de veiculação da produção recente e talvez uma das poucas que atualmente permite uma exposição suficientemente detalhada para a apresentação de estudos de fôlego sobre questões musicológicas.

## Considerações finais

Ao lado da história dos eventos, torna-se também fundamental uma ampla reflexão sobre o futuro dos eventos brasileiros específicos no campo da musicologia, uma vez que não é mais possível, para os musicólogos, limitar-se a aguardar os convites ou convocatórias e participar dos eventos já existentes com a exclusiva intenção de apresentar sua produção recente. A garantia para a manutenção dos atuais eventos em musicologia, bem como para a criação de novos eventos, passa pelo empenho dos musicólogos nesse sentido, aguardando não somente propostas, mas sobretudo ações.

Sem uma instituição que na prática represente os musicólogos brasileiros e se responsabilize pela realização de eventos periódicos, os pesquisadores brasileiros dessa sub-área mantém-se dispersos em suas universidades, encontrando-se em eventos de outras instituições, que não estão necessariamente comprometidas com a reunião dos musicólogos, mas, no máximo, de alguns musicólogos. Que fatores, então, impedem a criação de uma instituição representativa desse grupo profissional, ou a utilização da SBM para esse fim, como já ocorre com a ABEM e ABET? Ou será que a musicologia no Brasil ainda não chegou a ser uma atividade profissional suficientemente coesa como já são a educação musical e a etnomusicologia?

## Referências bibliográficas


CASTAGNA, Paulo. Em direção a uma história da musicologia no Brasil. VI FÓRUM DO CENTRO DE LINGUAGEM MUSICAL, São Paulo, 30 nov. - 3 dez. 2004. *Anais*. São Paulo: ECA-USP, 2004. p.69-81.

CONCLUSÕES do III Simpósio Latino-Americano de Musicologia. III SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE MUSICOLOGIA, Curitiba, 21-24 jan.1999. *Anais*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2000. p.11-18.

CONCLUSÕES e Recomendações do I Colóquio Brasileiro de Arquivologia e Edição Musical. I COLÓQUIO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA E EDIÇÃO MUSICAL, Mariana (MG), 18-20 jul. 2003. *Anais*. Mariana: Fundação Cultural e Educacional da Arquidiocese de Mariana, 2004. p.303-312.
GOULART Márcia de Oliveira. Encontros científicos brasileiros na área de música no século XX. Relatório de pesquisa na categoria Iniciação Científica, realizada no Instituto de Artes da UNESP com bolsa da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, entre 1/7/2001 e 30/6/2002, sob a orientação de Paulo Castagna. Processo: 01/03399-4. São Paulo, 2002. 443p.
MONTEIRO, Maurício. Uma introdução sobre a musicologia no Brasil (o caso da música colonial mineira). III ENCONTRO DE MUSICOLOGIA HISTÓRICA. Juiz de Fora, 11-26 jul. 1998. [*Anais*]. Juiz de Fora: Centro Cultural Pró-Música, [1998]. p.103-114.
SINZIG, Pedro. *Pelo mundo do som; dicionário musical*. Reimpressão da 2a. ed. Rio de Janeiro: São Paulo, Porto Alegre: Livraria Kosmos Ed., 1976. 612p.
UNESP / FACULDADE DE MEDICINA / COMISSÃO DE EXTENSÃO UNIVERSTÁRIA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS. *Subsídios para organização de eventos científicos e pedagógicos*. Botucatú: UNESP, 1996. 28p.

## Apêndice 1. Eventos científicos brasileiros na área de música no século XX (GOULART, 2002)

1937 - I Congresso da Língua Nacional Cantada
1954 - VII International Folk Music Council
1962 - Simpósio Nacional de Música
1962 - I Congresso Nacional do Samba
1965 - I Encontro Nacional de Música Sacra da CNBB
1966 - I Simpósio do Samba
1966 - II Encontro Nacional de Música Sacra da CNBB
1967 - II Simpósio do Samba
1967 - III Encontro Nacional de Música Sacra da CNBB
1968 - IV Encontro Nacional de Música Sacra da CNBB
1969 - III Simpósio do Samba
1970 - I Simpósio Brasileiro de Musicoterapia
1974 - Encontro Brasileiro de Musicoterapia
1974 - Encontro Nacional de Musicoterapia
1974 - II Simpósio Brasileiro de Musicoterapia
1975 - I Encontro de Pesquisadores da Música Popular Brasileira
1975 - IV Simpósio do Samba
1976 - II Encontro de Pesquisadores da Música Popular Brasileira
1977 - I Simpósio Internacional de Compositores
1978 - II Simpósio Internacional de Compositores
1979 - V Simpósio do Samba
1980 - I Encontro Nacional de Músicos
1980 - III Simpósio Brasileiro de Musicoterapia
1980 - Simpósio de Matemática e Música
1981 - I Simpósio Internacional "Música Sacra e Cultura Brasileira"
1982 - III Encontro de Pesquisadores da Música Popular Brasileira
1982 - Maratona de Musicoterapia
1984 - Encontro de Pesquisadores de Música
1984 - Encontro Nacional de Chorinho
1984 - I Encontro Nacional de Pesquisa em Música

1985 - Encontro de Estudantes de Musicoterapia
1985 - II Encontro Nacional de Pesquisa em Música
1986 - IV Encontro de Pesquisadores da Música Popular Brasileira
1986 - V Encontro de Pesquisadores da Música Popular Brasileira
1987 - III Encontro Nacional de Pesquisa em Música
1987 - I Congresso Brasileiro de Musicologia
1987 - Simpósio Nacional sobre a Problemática da Pesquisa e do Ensino Musical no Brasil
1988 - I Encontro Nacional da ANPPOM
1988 - IV Simpósio Brasileiro de Musicoterapia
1989 - I Encontro Nacional de Escolas de Música
1989 - II Simpósio Internacional "Música Sacra e Cultura Brasileira"[4]
1989 - II Encontro Nacional da ANPPOM
1989 - V Simpósio Brasileiro de Musicoterapia
1990 - Reunião da Federação Internacional de Musicoterapia
1990 - II Encontro Nacional de Escolas de Música
1990 - III Encontro Nacional da ANPPOM
1990 - VI Congresso Mundial de Musicoterapia
1991 - I Encontro Nacional de Organistas
1991 - I Simpósio Brasileiro de Música
1991 - IV Encontro Nacional da ANPPOM
1991 - Simpósio Internacional Multidisciplinar de Musicoterapia
1991 - VI Simpósio Brasileiro de Musicoterapia
1992 - I Encontro Anual da ABEM
1992 - I Encontro Internacional de Musicoterapia
1992 - I Simpósio Paranaense de Educação Musical
1992 - II Congresso Brasileiro de Musicologia[5]
1992 - II Encontro Nacional de Organistas
1992 - III Encontro Nacional de Escolas de Música
1992 - III Simpósio Internacional "Música Sacra e Cultura Brasileira"[6]
1992 - V Encontro Nacional da ANPPOM
1993 - I Encontro Latino-Americano de Organistas[7]
1993 - I Forum Estadual de Musicoterapia
1993 - II Encontro Anual da ABEM
1993 - II Simpósio Paranaense de Educação Musical
1993 - III Encontro Nacional de Organistas[8]
1993 - VI Encontro Nacional da ANPPOM
1993 - VII Simpósio Brasileiro de Musicoterapia
1994 - I Encontro de Música Eletro-Acústica
1994 - I Encontro de Musicologia Histórica
1994 - I Simpósio Brasileiro de Computação e Música
1994 - II Fórum Estadual de Musicoterapia
1994 - III Encontro Anual da ABEM
1994 - III Simpósio Paranaense de Educação Musical
1994 - IV Encontro Nacional de Organistas
1994 - Pré-Encontro e I Encontro Latino-Americano de Musicoterapia
1994 - VII Encontro Nacional da ANPPOM
1995 - Ciclo de Debates Encontros/Desencontros
1995 - II Semana de Musicoterapia da UNAERP
1995 - II Simpósio Brasileiro de Computação e Música
1995 - III Fórum Estadual de Musicoterapia

[4]Realizado em 1989 em Bonn, Alemanha, com patrocínio da embaixada do Brasil.
[5]Realizado conjuntamente com o III Simpósio Internacional "Música Sacra e Cultura Brasileira".
[6]Realizado conjuntamente com o II Congresso Brasileiro de Musicologia.
[7]Realizado conjuntamente com o III Encontro Nacional de Organistas.
[8]Realizado conjuntamente com o I Encontro Latino-Americano de Organistas.

1995 - IV Encontro Anual da ABEM
1995 - IV Simpósio Paranaense de Educação Musical
1995 - V Encontro Nacional de Organistas
1995 - VIII Encontro Nacional da ANPPOM
1995 - VIII Simpósio Brasileiro de Musicoterapia
1996 - I Seminário de Educação Musical da UDESC
1996 - II Encontro de Musicologia Histórica
1996 - III Semana de Musicoterapia da UNAERP
1996 - III Simpósio Brasileiro de Computação e Música
1996 - IX Encontro Nacional da ANPPOM
1996 - V Encontro Anual da ABEM[9]
1996 - V Simpósio Paranaense de Educação Musical[10]
1996 - VI Encontro Nacional de Organistas
1997 - I Fórum do Centro de Linguagens Musicais da PUC
1997 - Encontro Nacional de Compositores
1997 - I Encontro de Educadores Musicais de São Paulo
1997 - I Encontro Latino-Americano de Educação Musical[11]
1997 - I Encontro Regional Centro-Oeste da ABEM
1997 - I Encontro Regional-Sul da ABEM[12]
1997 - I Simpósio Latino-Americano de Musicologia
1997 - II Encontro de Música Eletro-Acústica
1997 - IV Semana de Musicoterapia da UNAERP
1997 - IV Simpósio Brasileiro de Computação e Música
1997 - IX Simpósio Brasileiro de Musicoterapia
1997 - VI Encontro Anual da ABEM[13]
1997 - VI Simpósio Paranaense de Educação Musical[14]
1997 - VII Encontro Nacional de Organistas
1997 - X Encontro Nacional da ANPPOM
1997 - IV Fórum Estadual de Musicoterapia do Rio de Janeiro
1998 - I Encontro Regional-Sudeste da ABEM
1998 - II Fórum do Centro de Linguagens Musicais da PUC
1998 - VII Simpósio Paranaense de Educação Musical
1998 - Colóquio Internacional de Antropologia Simbólica da Música
1998 - I Semana de Musicoterapia da FAP
1998 - II Encontro Latino-Americano de Musicoterapia
1998 - II Encontro Mineiro de Musicoterapia
1998 - II Encontro Regional Centro-Oeste da ABEM
1998 - II Encontro Regional-Sul da ABEM
1998 - II Simpósio Latino-Americano de Musicologia
1998 - III Encontro de Musicologia Histórica
1998 - V Fórum Estadual de Musicoterapia
1998 - V Semana de Musicoterapia da UNAERP
1998 - V Simpósio Brasileiro de Computação e Música
1998 - VII Encontro Anual da ABEM
1998 - VIII Encontro Nacional de Organistas
1998 - XI Encontro Nacional da ANPPOM
1999 - III Fórum do Centro de Linguagens Musicais da PUC
1999 - I Encontro Regional-Norte da ABEM
1999 - I Fórum Paranaense de Musicoterapia
1999 - I Fórum Paulista de Musicoterapia

[9]Realizado conjuntamente com o V Simpósio Paranaense de Educação Musical.
[10]Realizado conjuntamente com o V Encontro Anual da ABEM.
[11]Realizado conjuntamente com o VI Encontro Anual da ABEM.
[12]Realizado conjuntamente com o VI Simpósio Paranaense de Educação Musical.
[13]Realizado conjuntamente com o I Encontro Latino-Americano de Educação Musical.
[14]Realizado conjuntamente com o I Encontro Regional-Sul da ABEM.

1999 - II Encontro Mineiro de Musicoterapia
1999 - I Fórum Goiano de Musicoterapia
1999 - I Fórum de Musicoterapia de Ribeirão Preto
1999 - II Jornada de Musicoterapia do Rio Grande do Sul
1999 - I Fórum Sul Riograndense de Musicoterapia
1999 - II Encontro Regional-Sudeste da ABEM
1999 - III Simpósio Latino-Americano de Musicologia
1999 - IX Encontro Nacional de Organistas
1999 - VI Fórum Estadual de Musicoterapia
1999 - VI Semana de Musicoterapia da UNAERP
1999 - I Fórum da Associação Baiana de Musicoterapia
1999 - VI Simpósio Brasileiro de Computação e Música
1999 - VIII Encontro Anual da ABEM
1999 - VIII Simpósio Paranaense de Educação Musical
1999 - XII Encontro Nacional da ANPPOM
1999 - IV Simpósio Internacional "Música Sacra e Cultura Brasileira" (Köln)
2000 - IV Simpósio Latino-Americano de Musicologia
2000 - IV Fórum do Centro de Linguagens Musicais da PUC
2000 - I Encontro de Estudos da Palavra Cantada
2000 - I Encontro Internacional de Etnomusicologia
2000 - I Simpósio de Pesquisa em Performance Musical
2000 - II Fórum de Musicoterapia de Ribeirão Preto
2000 - I Ciclo de Debates sobre Musicoterapia no Nordeste
2000 - I Fórum de Musicoterapia da Associação de Musicoterapia do Rio Grande do Sul
2000 - II Fórum Paranaense de Musicoterapia
2000 - VI Fórum Estadual de Musicoterapia
2000 - Colóquio Internacional "A música no Brasil" Colonial[15]
2000 - Encontro de Músicos e Musicólogos do ItaúCultural
2000 - II Fórum Paulista de Musicoterapia
2000 - II Seminário de Educação Musical da UDESC[16]
2000 - III Encontro Regional Centro-Oeste da ABEM
2000 - III Encontro Regional-Sudeste da ABEM
2000 - IIII Encontro Regional-Sul da ABEM
2000 - IV Encontro de Musicologia Histórica
2000 - II Fórum Goiano de Musicoterapia
2000 - IX Encontro Anual da ABEM
2000 - IX Simpósio Paranaense de Educação Musical
2000 - VII Simpósio Brasileiro de Computação e Música
2000 - X Encontro Nacional de Organistas

## Apêndice 2. Eventos científicos brasileiros na sub-área musicologia (1981-2004)

1981 - I Simpósio Internacional "Música Sacra e Cultura Brasileira" (São Paulo)
1984 - I Encontro Nacional de Pesquisa em Música (Mariana)
1985 - II Encontro Nacional de Pesquisa em Música (São João Del-Rei)
1987 - III Encontro Nacional de Pesquisa em Música (Ouro Preto)
1987 - I Congresso Brasileiro de Musicologia (São Paulo)
1988 - I Encontro Nacional da ANPPOM (Salvador)

[15]Realizado em Lisboa (Portugal), pela Fundação Calouste Gulbenkian.
[16]Realizado conjuntamente com o III Encontro Regional-Sul da ABEM.

1989 - II Simpósio Internacional "Música Sacra e Cultura Brasileira" (Maria Laach e Bonn)
1989 - II Encontro Nacional da ANPPOM (Porto Alegre)
1990 - III Encontro Nacional da ANPPOM (Belo Horizonte)
1991 - IV Encontro Nacional da ANPPOM (Porto Alegre)
1992 - II Congresso Brasileiro de Musicologia (Rio de Janeiro)
1992 - III Simpósio Internacional "Música Sacra e Cultura Brasileira" (Rio de Janeiro)
1992 - V Encontro Nacional da ANPPOM (Salvador)
1993 - VI Encontro Nacional da ANPPOM (Rio de Janeiro)
1994 - I Encontro de Musicologia Histórica (Juiz de Fora)
1994 - VII Encontro Nacional da ANPPOM (São Paulo)
1995 - VIII Encontro Nacional da ANPPOM (João Pessoa)
1996 - II Encontro de Musicologia Histórica (Juiz de Fora)
1996 - IX Encontro Nacional da ANPPOM (Rio de Janeiro)
1997 - I Simpósio Latino-Americano de Musicologia (Curitiba)
1997 - X Encontro Nacional da ANPPOM (Goiânia)
1998 - II Simpósio Latino-Americano de Musicologia (Curitiba)
1998 - III Encontro de Musicologia Histórica (Juiz de Fora)
1998 - XI Encontro Nacional da ANPPOM (Campinas)
1999 - III Simpósio Latino-Americano de Musicologia (Curitiba)
1999 - XII Encontro Nacional da ANPPOM (Salvador)
1999 - IV Simpósio Internacional "Música Sacra e Cultura Brasileira" (Köln)
2000 - IV Simpósio Latino-Americano de Musicologia (Curitiba)
2000 - Encontro de Músicos e Musicólogos do Itaú Cultural (São Paulo)
2000 - IV Encontro de Musicologia Histórica (Juiz de Fora)
2000 - Colóquio Internacional "A música no Brasil" Colonial (Lisboa)
2001 - V Simpósio Latino-Americano de Musicologia (Curitiba)
2001 - XIII Encontro Nacional da ANPPOM (Belo Horizonte)
2002 - V Encontro de Musicologia Histórica (Juiz de Fora)
2003 - I Colóquio Brasileiro de Arquivologia e Edição Musical (Mariana)
2003 - V Simpósio Internacional "Música Sacra e Cultura Brasileira" (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro)
2003 - XIV Congresso da ANPPOM (Porto Alegre)
2003 - I Encontro de Musicologia de Ribeirão Preto
2003 - I Simpósio de Música Brasil/Alemanha (Niterói)
2003 - I Encontro Interdisciplinar de Musicologia (São Paulo)
2004 - VI Encontro de Musicologia Histórica (Juiz de Fora)
2004 - II Festival Penalva (Curitiba)
2004 - I Encontro Interdisciplinar de Musicologia (São Paulo)
2004 - Ciclo de Palestras "Musicologia e Patrimônio Musical" (Salvador)
2004 - VI Fórum CLM (São Paulo)

**Apêndice 3**. Conclusões do III Simpósio Latino-Americano de Musicologia (*Preservação e acesso à memória musical latino-americana*), Curitiba, 24 de janeiro de 1999.

**1**. O desenvolvimento da musicologia e a difusão de seus resultados e benefícios dependem da organização, catalogação e disponibilização de quaisquer tipos de fontes primárias (manuscritos, impressos, registros sonoros, registros de imagens, instrumentos, objetos etc.), pertencentes a acervos públicos, eclesiásticos e privados, mas principalmente de políticas não restritivas de acesso a tais fontes, incluindo a disponibilização de fac-símiles, independentemente dos estudos já realizados sobre os mesmos.

**2**. O pesquisador deve respeitar a integridade dos acervos, contribuir para sua preservação e valorizar o acesso dos demais interessados, mesmo aos acervos com os quais trabalha ou trabalhou, visando à democratização da pesquisa, à pluralidade de abordagens dos objetos de estudo e à expansão das investigações musicológicas.

**3**. É fundamental uma postura ética e humanística dos pesquisadores em relação aos acervos musicais, documentais, bibliográficos, sonoros, iconográficos, organológicos etc., sejam eles públicos, eclesiásticos ou privados, procurando também retribuir à comunidade que os conservou, pelo acesso que teve às fontes primárias.

**4**. É garantido aos pesquisadores o direito de acesso direto à informação contida nos acervos públicos de qualquer espécie (musicais, documentais, bibliográficos, sonoros, iconográficos, organológicos etc.), em consonância com os objetivos do Conselho Internacional de Arquivos (9-11 jun. 1948),[17] mas também de acordo com a *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (10 dez. 1948)[18] e com a legislação específica de cada país.

**5**. É garantido aos pesquisadores o direito de acesso direto à informação contida nos acervos eclesiásticos de qualquer espécie (musicais, documentais, bibliográficos, sonoros, iconográficos, organológicos etc.), de acordo com a Epístola Encíclica *Pacem in Terris* (11 abr. 1963) de João XXIII[19] e com a Carta Circular *A função pastoral dos arquivos eclesiásticos* (2 fev. 1997), emitida pela Pontifícia Comissão Para os Bens Culturais da Igreja.[20]

**6**. É necessária, para o desenvolvimento da musicologia e para a difusão de seus resultados e benefícios, uma política de sensibilização dos proprietários de acervos privados de qualquer espécie (musicais, documentais, bibliográficos, sonoros, iconográficos, organológicos etc.) quanto à necessidade e à importância de sua abertura aos pesquisadores e da divulgação de seu conteúdo em apresentações, registros sonoros, publicações e mídia, devido ao seu significado enquanto parte da história coletiva e ao seu caráter público de patrimônio cultural.

**7**. É fundamental que as instituições públicas, eclesiásticas e privadas, que têm como função a guarda e a preservação de acervos permanentes de qualquer espécie (musicais, documentais, bibliográficos, sonoros, iconográficos,

---

[17]*Estatutos do Conselho Internacional de Arquivos* (9-11 jun. 1948), artigo 2 (Objetivos Gerais), inciso d: "Facilitar a interpretação e uso de documentos arquivísticos, tornando o seu conteúdo mais amplamente conhecido e promovendo maior facilidade de acesso aos arquivos".

[18]*Declaração Universal dos Direitos do Homem* (10 dez. 1948), artigo 19: "*Todo indivíduo* tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o *de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e idéias por qualquer meio de expressão*". [destaque nosso]

[19]PAPA JOÃO XXIII. Encíclica *Pacem in Terris* (11 abr. 1963): "Todo ser humano tem direito [...] à liberdade na busca da verdade [...] as exigências da moral e do bem comum sejam salvaguardadas. O ser humano tem, igualmente, direito a uma informação objetiva".

[20]PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. Carta Circular *A função pastoral dos arquivos eclesiásticos* (Vaticano, 2 fev. 1997), item 4.3 (Destinação universal do patrimônio arquivístico): "Os arquivos, enquanto bens culturais, são oferecidos antes de mais ao usufruto da comunidade que os produziu, mas com o passar do tempo assumem uma destinação universal, tornando-se patrimônio da humanidade inteira. Com efeito, *o material depositado não pode ser impedido àqueles que podem tirar proveito dele*, a fim de conhecer a história do povo cristão, as suas vicissitudes religiosas, civis, culturais e sociais. / *Os responsáveis devem fazer com que o usufruto dos arquivos eclesiásticos possa ser facilitado não só aos interessados que a ele têm direito, mas também ao mais amplo círculo de estudiosos, sem preconceitos ideológicos e religiosos*, como se dá na melhor tradição eclesiástica, salvaguardando as oportunas normas de tutela, dadas pelo direito universal e pelas normas do Bispo diocesano. *Tais perspectivas de abertura desinteressada, de acolhimento benévolo e de serviço competente devem ser tomadas em alta consideração*, a fim de que a memória histórica da Igreja seja oferecida à coletividade inteira". [grifo nosso]

organológicos etc.), correspondam às necessidades e às expectativas dos pesquisadores e de toda a comunidade em relação à segurança, preservação e acesso aos materiais depositados, do que dependem a credibilidade e a função social de tais instituições.

**8**. É fundamental investir na formação da opinião pública, através da conscientização e mobilização da comunidade em relação à importância de preservação da memória musical, para que ela possa reclamar, junto às autoridades constituídas, políticas eficazes em relação à criação, manutenção e continuidade das instituições comprometidas com o patrimônio musical.

**9**. É importante a criação de novos centros regionais de documentação, pesquisa e informação musical, encarregados da preservação do patrimônio musical latino-americano de todos os períodos, conforme recomendações da *Acta General de Acuerdos y Proposiciones del I^er^ Grupo Regional de Estudio de la Musicología Historica en America Latina* (Lima, Peru, 6 a 11 de setembro de 1982) e sugestões do *I Simpósio Latino-Americano de Musicologia* (Curitiba, Brasil, 21-24 de janeiro de 1997).

**10**. É fundamental que os manuscritos musicais, registros sonoros e imagens de qualquer período, depositados em acervos públicos, eclesiásticos e privados, sejam tratados como documentos permanentes, pela sua unicidade e pelo valor histórico que têm, referenciados com precisão e sujeitos à normatização técnica e à legislação arquivística específica.

**11**. É importante a caracterização e a padronização terminológica dos elementos e materiais musicais com os quais se depara o pesquisador. Nesse sentido, é importante também observar a distinção entre fundo arquivístico e coleção, para que se possa determinar conscientemente os procedimentos mais adequados a cada caso, de acordo com as normas arquivísticas internacionais e com as necessidades e especificidades de cada acervo e de cada região.

**12**. É importante reconhecer as singularidades de cada acervo, para que o tratamento da informação e a confecção de instrumentos de trabalho, como guias, catálogos, inventários etc., observe seus aspectos particulares, considerando, porém, critérios e normas científicas, de maneira a não gerar sistemas casuísticos de catalogação.

**13**. As condições precárias de preservação e organização de grande parte dos acervos de manuscritos musicais latino-americanos evidenciam a importância de se incluir, na pesquisa musicológica, também o trabalho de natureza documental, como a organização e a catalogação.

**14**. É necessário discutir a utilização de formatos de intercâmbio de informação entre os acervos (musicais, documentais, bibliográficos, sonoros, iconográficos, organológicos etc.), tendo em vista a necessidade de compatibilização com os sistemas internacionais de informação e a necessidade de observância dos critérios e possibilidades pertinentes à realidade latino-americana.

**Apêndice 4**. Conclusões e Recomendações do I Colóquio Brasileiro de Arquivologia e Edição Musical (*Perspectivas Metodológicas da Arquivologia e da Edição Musical no Brasil*), Mariana, 20 de julho de 2003.

Com o notável surgimento de iniciativas brasileiras ligadas à arquivologia e à edição musical no início do século XXI, destacando-se o tratamento de

acervos que ainda não haviam passado por esse processo, os levantamentos de informações de grande extensão geográfica, a edição de séries musicais e mesmo a ampliação das edições acadêmicas, como se observa nos trabalhos publicados nos Anais deste I Colóquio Brasileiro de Arquivologia e Edição Musical, constatou-se a necessidade de uma ampla discussão, de forma a estimular o desenvolvimento de novos projetos e de nova metodologia em tais disciplinas. Neste sentido, os participantes do colóquio apresentam, nos trinta e três itens que se seguem, suas conclusões e recomendações.

**1.** O I Colóquio Brasileiro de Arquivologia e Edição Musical ratifica todas as Conclusões do III Simpósio Latino-Americano de Musicologia (Curitiba, 24 jan. 1999), também reiteradas nas Conclusões do IV Encontro de Musicologia Histórica (Juiz de Fora, 23 jul. 2000), manifestando a contínua necessidade de sua divulgação e aplicação. Reafirma-se também, para o caso brasileiro, que é garantido aos pesquisadores o direito de acesso direto à informação contida nos acervos públicos de qualquer espécie (musicais, documentais, bibliográficos, sonoros, iconográficos, organológicos etc.), em consonância com os objetivos do Conselho Internacional de Arquivos (9-11 jun. 1948), mas também de acordo com a *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (10 dez. 1948) e com a Constituição de 1988 da República Federativa do Brasil.

**2.** É fundamental a criação de novos eventos científicos na área de música, além da manutenção e fortalecimento daqueles que já existem. Tais eventos podem ser nacionais, regionais e caracterizarem-se como congressos, simpósios, colóquios, encontros, seminários, ciclos, etc., atentando-se para o significado dessa tipologia. Mas é importante que esses eventos sejam integrados entre si, visando a existência de eventos nacionais amplos, mas também de eventos regionais e/ou ligados a aspectos particulares da musicologia, como é o caso do Colóquio Brasileiro de Arquivologia e Edição Musical.

**3.** É fundamental, além de uma atualização e uma recepção metodológica crítica, em relação à musicologia internacional, um efetivo desenvolvimento metodológico ligado aos problemas arquivísticos e editoriais encontrados no Brasil, procurando-se refletir sobre as questões já levantadas nesses campos em trabalhos brasileiros e internacionais, mas também objetivando soluções diretamente ligadas a esses problemas, em lugar da utilização não-crítica de soluções criadas em contextos diferentes do nosso.

**4.** É necessária uma abertura à interdisciplinaridade e à multidisciplinaridade em questões da arquivologia e da edição musical relativas ao resgate, tratamento, catalogação e conceituação de acervos musicais, assim como em outros campos do trabalho musicológico, estimulando-se a interação com as áreas de história, sociologia, antropologia, arquivologia, literatura, filologia, grafoscopia e outras, ou mesmo a associação com profissionais dessas áreas. Assim, é fundamental o fortalecimento e a ampliação do trabalho em grupo tanto na arquivologia e edição musical, como em outros setores da musicologia.

**5.** É fundamental incentivar o diálogo entre os diversos setores envolvidos com a memória musical brasileira, objetivando-se o estabelecimento de padrões éticos e responsáveis, no que se refere à consulta, tratamento e administração de acervos musicais comunitários (institucionais públicos, eclesiásticos ou privados) e mesmo individuais (coleções particulares).

**6.** A interação entre o acervo musical e o pesquisador é a base para a disponibilização dos itens desse acervo e, consequentemente, a difusão do repertório, das informações e dos estudos sobre o mesmo. Essa base será tanto mais sólida e segura, na medida em que forem utilizados critérios democráticos, claros e rigorosos para tal interação.

**7.** É urgente o estímulo e a implementação de políticas de gestão dos acervos musicais em uso corrente (e intermediário), para que não estejam, no futuro, nas precárias condições em que vários acervos de valor permanente são hoje encontrados.

**8.** As principais finalidades dos acervos musicais institucionais são a preservação, tratamento e disponibilização do material ao consulente. Nesse sentido, é fundamental a conscientização e o preparo de arquivistas e bibliotecários para essas três atividades, prioritárias em relação a quaisquer outras desenvolvidas por tais instituições.

**9.** É necessário, junto às instituições públicas, eclesiásticas ou privadas, o desenvolvimento de uma nova mentalidade no que se refere à posse, preservação e disponibilização de bens culturais ligados à música. Além disso, é importante atentar para as particularidades do patrimônio cultural brasileiro (e os seus desdobramentos materiais ou imateriais) relativos à arquivologia musical.

**10.** É importante que, através de discussões tecnicamente fundamentadas, sejam claramente estabelecidas as bases legais vigentes sobre os acervos de bens culturais ligados à música, tanto no que se refere à propriedade dos bens em si, como à propriedade intelectual dos eventuais produtos resultantes de sua pesquisa e/ou difusão.

**11.** Recomenda-se a observação do *princípio de respeito aos fundos arquivísticos* e desaconselha-se a prática do *colecionismo*. Nesse sentido, é fundamental que as coleções musicais privadas já existentes sejam alvo de discussões mais amplas, visando sua futura integração a acervos maiores, especialmente de caráter público.

**12.** É imprescindível uma política de conscientização dos colecionadores, para que suas coleções não sejam tratadas como fontes de especulação econômica ou de poder intelectual, vetadas à maioria dos pesquisadores e passíveis de transferência para outras pessoas com intenções semelhantes, mas que possam ser institucionalizadas ou recolhidas em instituições que visem seu tratamento, catalogação e disponibilização, a partir de critérios técnicos e democráticos.

**13.** É fundamental que as entidades eclesiásticas (dioceses, seminários e congregações religiosas) invistam na informação aos seminaristas e atuais sacerdotes sobre a importância da custódia, preservação e disponibilização à pesquisa do patrimônio arquivístico-musical, de acordo com a Carta Circular "A Formação dos Futuros Presbíteros e os Bens Culturais da Igreja" (15 out.1992), publicada pela Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja.

**14.** No que se refere aos acervos musicais religiosos, é fundamental a criação de momentos de debate profícuo entre a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) e os seus regionais, as ordens primeiras, ordens terceiras, fraternidades, congregações, irmandades e demais instituições de caráter religioso com a comunidade acadêmica interessada na apresentação de projetos específicos ligados à arquivologia musical, edição musical e outras disciplinas do âmbito da musicologia.

**15.** É necessária uma abertura à inter-institucionalidade na locação (temporal ou definitiva) de acervos de música em situação crítica, frisando-se a necessidade da pesquisa histórica relativa à gênese de cada acervo. Nesse sentido, é importante que os acervos musicais sejam reconhecidos não apenas pelos itens que conservam, mas também pela história a eles relacionada.

**16.** É importante considerar os acervos musicais em sua totalidade, incluindo, nas iniciativas de tratamento, catalogação e disponibilização, todas fontes documentais existentes, sejam elas manuscritas, impressas, bibliográficas, virtuais, sonoras, iconográficas, organológicas, etc

**17.** É importante a consideração minuciosa das decisões a serem tomadas no inicio do tratamento de acervos musicais, pela dificuldade ou até mesmo impossibilidade de se desfazer e corrigir os eventuais erros cometidos.

**18.** É necessária uma ampliação da tipologia das fontes e, consequentemente, da metodologia de trabalho com as mesmas, nos processos de tratamento de acervos musicais, de maneira a incluir, além de impressos e manuscritos musicais, registros fonográficos, iconográficos e virtuais, assim como documentos indiretamente relacionados à música, como os documentos administrativos de corporações musicais, anúncios e programas de concertos, fotografias, correspondência e outros.

**19.** A confusão entre *composição* e *manuscrito* (ou seja, entre a obra musical e sua fonte documental), observada em várias edições e catálogos brasileiros de manuscritos musicais até agora publicados, torna necessário definir com maior precisão a terminologia utilizada, mas também descrever e citar com precisão as fontes consultadas e as obras repertoriadas. Nesse sentido, é fundamental o reconhecimento dos manuscritos musicais enquanto *documentos históricos*, em lugar de fontes informais de repertório musical.

**20.** É importante que os instrumentos de busca de acervos musicais explicitem os critérios metodológicos que nortearam o arranjo físico, o tratamento e a descrição de seus itens, bem como as atribuições de locais, datas ou autoria, evitando-se as ações arbitrárias ou sem fundamentação científica.

**21.** É fundamental que os instrumentos de busca de acervos musicais e mesmo as edições musicais explicitem o tipo de unidade musical ou o conceito de *obra* utilizado para sua individualização. A utilização apenas da transcrição dos títulos ou frontispícios dos manuscritos como título das obras nem sempre é suficiente e/ou adequada. Nesse sentido, é interessante discutir novos critérios de individualização, como os conceitos de *unidade cerimonial*, *unidade funcional*, *seção* e *unidade musical permutável*, para os casos ligados à música religiosa.

**22.** É necessário o desenvolvimento de estudos litúrgicos que possam subsidiar a catalogação e a edição de música religiosa. Mas como a individualização da obra musical religiosa e a caracterização de sua função cerimonial nem sempre estão especificadas nas fontes musicais, é necessário, para isso, utilizar livros litúrgicos ou cerimoniais referentes ao período e ao rito para o qual a obra foi destinada. Tal procedimento é fundamental tanto na catalogação quanto na edição criteriosa da obra, pois a utilização de livros litúrgicos de ritos diferentes daquele ao qual a obra está relacionada, muitas vezes gera caracterizações incorretas das funções cerimoniais, aplicações impróprias dos textos cantados ou mesmo a apresentação incorreta da própria composição.

**23.** Uma das questões problemáticas na catalogação, estudo e edição da música brasileira, especialmente dos séculos XVIII e XIX, é a autoria das

composições. Trabalhos brasileiros, até agora publicados, incluem muitas atribuições de autoria sem fundamentação científica ou cujos critérios de atribuição não estão especificados. É necessário, para o desenvolvimento da pesquisa musicológica, no Brasil, a revisão das atribuições já realizadas e um cuidado permanente para se evitar atribuições sem uma clara fundamentação documental e musicológica.

**24.** O debate dos critérios editoriais é tão importante quanto as discussões arquivísticas, sendo fundamental o desenvolvimento de uma metodologia nessa disciplina, ligada às particularidades dos acervos musicais brasileiros. Nesse sentido, é importante considerar a tipologia das edições (crítica, diplomática, aberta, facsimilar, prática, etc.), para a obtenção de resultados coerentes com os objetivos editoriais.

**25.** As edições musicais que atendam a propósitos musicológicos devem sempre indicar, com absoluta clareza, as fontes utilizadas, suas particularidades (título ou frontispício, copista e/ou proprietário, local, data, partes disponíveis) e sua localização atual (ou seja, o acervo no qual está preservada), atentando-se para o estudo crítico da relação entre as mesmas. Tais edições também devem explicitar as normas editoriais utilizadas nesse processo, evitando-se as decisões sem fundamentação teórica ou documental.

**26.** É importante considerar criticamente, no processo de edição musical, além do contexto sócio-histórico da obra e do autor, também a contribuição e o contexto dos copistas. Por essa razão, é necessário desenvolver uma metodologia de estudo da atividade dos copistas, para que sua contribuição seja tratada com o mesmo rigor científico que a contribuição dos compositores.

**27.** É importante incentivar o diálogo permanente entre os pesquisadores e os profissionais envolvidos no tratamento, catalogação e/ou administração de acervos musicais, com a finalidade de estabelecer uma consciência crítica e uma padronização tecnológica, metodológica e conceitual ligadas às particularidades dos acervos musicais brasileiros.

**28.** É importante estabelecer um diálogo entre a arquivologia e a musicologia, atentando-se para as necessidades particulares de descrição musical, tanto as de caráter musicológico quanto as de caráter funcional.

**29.** É importante consolidar a terminologia arquivística em todos os campos da musicologia, procurando-se desenvolver mais adequadamente seus conceitos, para se estabelecer uma terminologia arquivístico-musical precisa, relevante e funcional.

**30.** É cada vez maior a necessidade de uma padronização dos elementos descritivos, a qual deve passar por uma discussão coletiva em direção a uma matriz metodológica pertinente e adequada ao caso brasileiro. Nesse sentido, é importante iniciar a normalização de campos e conteúdos de instrumentos de busca como guias, repertórios, inventários, catálogos, etc., visando a utilização da informática e de programas de bancos de dados.

**31.** É necessária uma atualização continua dos suportes técnicos, tecnológicos e metodológicos aplicados à arquivologia e à edição musical, bem como uma constante reciclagem dos recursos humanos disponíveis.

**32.** É necessária uma constante atualização das ferramentas tecnológicas de reprodução e difusão de imagens de manuscritos musicais (microfilme, digitalização, formatação de imagens e dos arquivos disponibilizados, etc.), visando a melhor adequação das relações entre durabilidade e custos de manutenção, formato de arquivo e velocidade de transmissão.

**33.** É importante a criação de uma rede interestadual de bases de dados, visando o desenvolvimento de uma futura rede nacional de acervos musicais, que será ferramenta inestimável para o intercâmbio de informações entre os mesmos, permitindo a realização de pesquisas e edições fundamentadas em uma quantidade maior de informações.